



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

ISSN: 1983-8239

Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas - Centro de Recursos Humanos

Frúgoli, Heitor

ATIVISMOS URBANOS EM SÃO PAULO¹

Caderno CRH, vol. 31, núm. 82, 2018, Janeiro-Abril, pp. 75-86

Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas - Centro de Recursos Humanos

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000100005>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347659059005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFBA
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

ATIVISMOS URBANOS EM SÃO PAULO¹*Heitor Frúgoli Jr. **

Este artigo apresenta um balanço das ocupações plurais de espaços públicos de São Paulo, sobretudo naqueles em que ativistas (ou correlatos) têm lutado pela ampliação de direitos à cidade e seus equipamentos públicos. Tais ocupações se realizam por meio de redes de coletivos que envolvem estudantes, artistas, arquitetos, associações e vários outros agentes. Adota-se um enfoque voltado para a compreensão de certa genealogia de tais fenômenos – dos quais as jornadas de junho de 2013 representam uma referência indispensável –, bem como para a identificação dos principais desafios etnográficos para uma abordagem antropológica.

Palavras-chave: Etnografia. Antropologia da cidade. Ativismos. Práticas espaciais.

INTRODUÇÃO

A cena contemporânea nos coloca frente a um período em que, indubitavelmente, a cidade e seus espaços públicos têm sido alvos de múltiplas apropriações e ocupações, o que tem suscitado diversos debates sobre uma espécie de expansão das relações dos habitantes com o contexto urbano, suas ruas e equipamentos.

Novas indagações sobre os significados do espaço público e de sua dimensão coletiva emergem e nos demandam aprofundamentos. Uma referência recorrente passa por David Harvey, que retoma, crítica e contemporaneamente, o tema do direito à cidade, cunhado por Henri Lefebvre (1969), por meio do enfoque nas dimensões recentes da crise do capitalismo, suas repercussões na reestruturação da vida urbana das grandes metrópoles e os

novos aspectos de natureza política que ocorrem numa escala global (Harvey, 2012). Mais que um tema, essas questões têm constituído uma agenda que desperta crescente interesse e prolifera em muitos âmbitos voltados para a compreensão de um gradiente de sentidos, bem como para as possibilidades de ação.

O conceito clássico de espaço público, que, em princípio, informa as novas emergências de direitos à cidade, é assinalado por uma significativa polissemia (Paquot, 2009), por abranger múltiplos fenômenos, que vão da produção da opinião pública aos usos cotidianos das ruas (Jacobs, [1961] 2003),² além do tipo de espaço público que decorre de uma série de interações (Frúgoli Junior, 2007; Joseph, [1998] 2005). Isso exige, portanto, uma circunscrição teórica prévia mais precisa, tendo em vista o escopo do presente artigo.

Como se verá adiante, uma referência básica passa pelas rupturas decorrentes das jornadas de junho de 2013, que “revelaram o descompasso entre o governo, o sistema político e as ruas”, bem como “confirmaram o espaço

* Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, 1º andar, sala 1061, Cidade Universitária. Cep: 05508-010. São Paulo – São Paulo – Brasil. Caixa Postal 72042. hfrugoli@uol.com.br

¹ Tema já apresentado, entre 2015 e 2016, na UFBA, UnB, UFSCar, USP, Universidade de Leiden (Holanda) e CPF-SESC-SP; agradecimentos a todos os integrantes do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP), que coordeno desde 2005, inscrito como grupo de pesquisa no CNPq.

² Para uma narrativa detalhada sobre o ativismo urbano de Jane Jacobs, ver Kanigel (2016).

público como o lugar privilegiado de participação direta do cidadão” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 506). Temos, nessas duas passagens, significados sobre as ruas que transitam entre certo clamor popular e usos de determinados espaços para manifestações dessas demandas políticas. Mas a isso se pode acrescentar o próprio uso das ruas como prática espacial e política em si mesma (Certeau, [1994] 2012; Frehse, 2009), além das demandas pela ampliação de espaços públicos para diversos usos (cotidianos ou extracotidianos).

Na antropologia, um balanço abrangente de Sherry Ortner (2016) indica a emergência considerável, nos últimos anos, de abordagens situadas no campo da crítica, da resistência (pensada num sentido ampliado)³ e do ativismo, com enfoque nas práticas de enfrentamento da crise ligada ao chamado neoliberalismo, algo delineado na análise já citada de Harvey (2012). Dentre os desafios etnográficos, cabe uma atenção especial ao modo como os próprios ativistas – agentes com foco especial nesse texto – fazem a cidade (Agier, 2017, p. 424-425), produzem seus mundos sociais (Velho, 1999) e teorizam sobre suas práticas, cujos léxicos, ainda que aparentemente próximos àqueles dos pesquisadores, revelam potencialmente diferenças a serem evidenciadas e analisadas.⁴

Em São Paulo, o tema do ativismo tem sido tratado notadamente na área do urbanismo, tanto através de estudos ou ensaios⁵ quanto por parte dos próprios ativistas,⁶ embora ainda faltem abordagens mais estruturadas nas

ciências humanas⁷ ou, mais precisamente, na antropologia. Apesar de muitas práticas políticas serem alvos, há tempo, de investigações antropológicas,⁸ pode-se dizer que o tema do ativismo urbano, por ser relativamente recente, ainda carece de estudos mais sistemáticos.

A dimensão eminentemente espacial de várias intervenções promovidas por tais coletivos implica pensar numa relação incontornável dos agentes entre si e deles com o espaço urbano (espaços públicos e equipamentos urbanos), ou seja, recorrer à ideia consolidada pela antropologia urbana de que a cidade não é um pano de fundo ou local neutro onde se dão tais ações, mas um contexto dinâmico com o qual os agentes efetivamente dialogam.⁹

Isso também implica, evidentemente, pensar nos desafios da realização da pesquisa etnográfica, ou, em outras palavras, fazer etnografias urbanas ligadas à capacidade de interagir com os sujeitos pesquisados com algum grau de observação participante para obter um conhecimento sobre tais fenômenos, dosando proximidade e distanciamento.¹⁰

O que seria, nessa perspectiva, o ativismo urbano, ou o que seriam os coletivos responsáveis pelas ações ligadas a ele? Essa questão remete, como já foi dito, à própria necessidade de circunscrever o ativismo nas especificidades e características que o diferenciam de outras práticas do passado, bem como de outras que se dão no próprio presente.¹¹ Há

⁷ Exceção feita a estudos como o de Mesquita (2008), na área da História, além dos que serão mencionados adiante.

⁸ Se pensarmos na área da antropologia urbana, podem-se mencionar todos aqueles estudos decorrentes das linhas de investigação abertas por Cardoso ([1986] 2011) ou Durham ([1986] 2004); para um panorama mais abrangente, ver Eckert (2010).

⁹ Sem esgotar o tema, ver Arantes (2000), Magnani (2002) e Frúgoli Junior (2009).

¹⁰ Ver, a respeito, Simmel ([1903] 2005), Joseph ([1998] 2005), Frúgoli Junior (2007) e Magnani (2009).

¹¹ Em seminário no GEAC-USP, em 2015, Julia Di Giovanni estabeleceu uma diferença pertinente entre militância – prática articulada a partidos, movimentos, com uma determinada hierarquia organizativa etc. – e ativismo – termo que antes praticamente não havia no Brasil, que se refere a ações mais diretas, que se dão, sobretudo, nas ruas, e que remetem a quadros não hierarquizados; para uma abordagem da autora, ver Di Giovanni (2015a).

³ Isso envolveria etnografia crítica, novas etnografias sobre o capitalismo (incluindo perspectivas sobre políticas econômicas alternativas) e estudos etnográficos de movimentos sociais, englobando a questão da participação ativa do próprio antropólogo (Ortner, 2016, p. 65-66).

⁴ Refiro-me, nesse último caso, aos comentários pertinentes de Mariana Cavalcanti a respeito, quando de sua participação como debatedora de uma das sessões do GT “Urbanidades possíveis nos múltiplos usos da rua” (coordenado por Cristina Patriota de Moura e por mim, durante o 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, out./2017).

⁵ Apenas para um quadro introdutório, ver Wisnik (Folha de S. Paulo, p. 4-5, 15 nov. 2015), Rolnik et al. (2014), Rolnik (20 abr. 2015) e Guerra (maio/2015).

⁶ Ver, como exemplo, Sobral (O Estado de São Paulo, p. E5, 30 ago. 2015) e Carrapatoso (mar. 2016).

termos (ligados a práticas) usados nesses ativismos – como a expressão “ocupações”¹² – que integram um léxico já presente há tempos, em outros agrupamentos, como os sem-teto (Paterniani, 2016),¹³ cabendo averiguar, então, quais seriam suas marcas distintivas.

AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

A própria genealogia do tema deste artigo já traz desafios substanciais e, por ora, as jornadas de junho do 2013 serão consideradas como uma espécie de marco referencial no contexto brasileiro, a partir do qual um número crescente de coletivos e agrupamentos ativistas tem ocupado espaços públicos em várias cidades brasileiras, ainda que, como veremos adiante, tal evento não englobe o rol de práticas existentes, nem suas especificidades.

Isso também nos remete, num breve recuo temporal (Di Giovanni, 2015b),¹⁴ a determinados eventos globais situados entre 2010 e 2011 (Gohn, 2014) que, de certo modo, informam e inspiram as referidas jornadas – como a “Primavera Árabe” (na Praça Tahrir, no Cairo, ou na Praça Mohamed Bouazizi, em Túnis), os “Indignados” (inicialmente em Madrid), ou o “Occupy Wall Street” (em Nova York) –, a partir dos quais se podem enfatizar certas peculiaridades brasileiras.¹⁵

¹² Para exemplificar, e longe de esgotar o tema, ver Senra, R. “Grupo de 120 artistas invade casarão abandonado na Rua da Consolação”. Folha de S. Paulo, S. Paulo, 21 fev. 2014, <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/02/1415444-grupo-de-120-artistas-invade-casarao-abandonado-na-rua-da-consolacao.shtml>, Acesso em: 4 ago.2016; Mekari, D. “Mesclando arte, cultura e resistência, Casa Amarela se estabelece como ‘quilombo urbano’ no centro de São Paulo”. Portal Aprendiz, São Paulo, 2 fev. 2016, <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2016/02/02/mesclando-arte-cultura-e-resistencia-casa-amarela-se-estabelece-como-quilombo-urbano-centro-de-sp/>.

¹³ Para uma abordagem recente sobre os sem-teto na área central de São Paulo.

¹⁴ Um recuo maior nos levaria aos encontros do Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 2001-2005), que não serão aqui tratados.

¹⁵ Sobre essa época, fala-se muito do Occupy Wall Street por causa da visibilidade global de Nova York, mas, alguns meses antes, os “Indignados” na Espanha já tinham uma atuação assinalável, ligada, no caso, à crise europeia, à falta de empregos e de perspectivas, sobretudo para a juventude, permeada pela contestação ao capitalismo (ver,

Figura 1 – Ocupação da Praça do Rossio (Lisboa) em maio de 2011, ligada às manifestações da época na Espanha e com a participação de ativistas espanhóis



Foto: Frúgoli Junior.

Nesse sentido, as chamadas jornadas de junho de 2013 constituiriam uma espécie de “divisor de águas” quanto às formas de manifestação política nas cidades brasileiras,¹⁶ sobre as quais a abordagem antropológica de Damo e Oliven (2014) é esclarecedora quanto às principais marcas constitutivas. Constatase, ali, uma ampla conjunção de fatores, ligada, inicialmente, à atuação de coletivos juvenis (tanto em São Paulo, quanto em Porto Alegre) basicamente contra o aumento do preço dos ônibus, ligada, assim, aos direitos básicos de mobilidade urbana, com destaque para o Movimento Passe Livre (MPL).¹⁷

Posteriormente, esse movimento se expandiu para diversas cidades. Pode-se dizer que 17 de junho de 2013 foi o dia em que as manifestações se tornaram nacionais. Em São Paulo, quatro dias antes, houve uma repressão bastante violenta da Polícia Militar ao protes-

a respeito, Gohn (2014) e Rolnik et al. (2014)). Eu estava em Lisboa na época (2011) e acompanhei, por algum tempo, a ocupação do Rossio, ligada, de algum modo, a tal movimento, que durou semanas (sobre os reflexos dos Indignados em Portugal, ver Raposo, 2014).

¹⁶ Sem esgotar as múltiplas abordagens a respeito, ver o destaque a respeito das possíveis rupturas históricas em Lília Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p. 505-506 e imagem 137) e no ensaio de Boris Fausto (2014, p. 173-180); sobre o período 2013-2014, ver Berenice Bento (2016, p. 159-178).

¹⁷ O Movimento Passe Livre, contrário ao aumento da tarifa dos transportes metropolitanos, tem sido alvo de um conjunto de abordagens (ver Judensnaider et al., 2013; Novaes e Alvim, 2014; Rolnik et al., 2014; Hamburger, 2016); sobre as ações em Porto Alegre, ver Muhale (2014), e em Brasília, ver Saraiva (2017).

to organizado pelo MPL (Judensnaider *et al.*, 2013, p. 83-103). Isso ensejou uma manifestação com cerca de 100 mil participantes, que começou no Largo da Batata, em Pinheiros, e tomou diferentes direções. De acordo com Esther Hamburger (2016), parte dessa multidão caminhou deliberadamente para a Ponte Estaiada – obra de engenharia dispendiosa, situada na área sudoeste de São Paulo, com diversos edifícios corporativos – que compõe a cena de fundo de vários noticiários da Rede Globo sediada em São Paulo, ressaltando-se um aspecto performático ligado à busca deliberada de visibilidade na grande mídia.

Sem traçar aqui uma cronologia exaustiva dos acontecimentos, o fato é que tal dinâmica se expandiu por diversas metrópoles¹⁸, com múltiplos participantes, em que uma das bandeiras era o protesto contra os gastos públicos com a Copa do Mundo no Brasil no ano seguinte (2014), embora não se limitasse a isso.

No estudo já mencionado de Damo e Oliven (2014), destacam-se vários aspectos, como uma maior horizontalidade de decisões e a agilidade das convocações, incluindo o uso ampliado das redes sociais. Além disso, salienta-se o dinamismo das movimentações por diversos espaços urbanos (ruas, parques e praças, com forte efeito performático), em comparação às ações durante as “Diretas Já” (1984) ou “Fora Collor” (1992), em que todos se dirigiam a um comício num lugar central, com proeminente papel de sindicatos, partidos, entidades de classe e movimentos sociais – dentro da lógica da democracia representativa, com certa captura da polifonia das massas pela performance dos líderes. As jornadas de junho, por sua vez, teriam uma origem mais

imediate, ligada a movimentos sobre mobilidade urbana, com uma diversificação posterior radical, maior resistência à tradução, negociação e ressemantização políticas, além de forte enfrentamento do aparato policial, culminando na radicalização encarnada pelos *black blocs*.¹⁹ Acrescentem-se a elas certo aspecto teatralizado, uma crescente individualização (dos ativistas aos “coxinhas”, na fase mais polimorfa e polifônica), e certa celebração do individualismo, com crescentes desavenças entre os próprios participantes (Damo; Oliven, 2014, p. 172-176).

De acordo com Gohn (2014, p. 7-8), entre junho e agosto de 2013, ocorreram manifestações em 483 cidades (com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília), com cerca de 1 milhão de pessoas nas ruas em 20 de junho. Mas tal aumento de escala foi também acompanhado, como já foi frisado, por certa fragmentação entre os próprios participantes, como atestavam várias imagens das manifestações da época, em que proliferavam cartazes, que embora pudessem ser enquadrados em determinados eixos reivindicativos, apontavam para direções múltiplas, bem como para filiações políticas divergentes.²⁰

Angela Alonso (2017), num balanço recente quanto aos desdobramentos das jornadas de junho, destaca, quanto a estilos de ativismo (correspondentes a repertórios de confronto), a existência de três agrupamentos: dois campos no âmbito da esquerda, “autono-

¹⁸ No mesmo dia, uma forte manifestação tomou os arredores do Congresso Nacional em Brasília, e outra cercou a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o que culminou numa invasão do edifício. Para Patrick Arley e Rudá Ricci (2014), o ativismo em Belo Horizonte tem conexões com a contracultura e o anarquismo, embora tenha resultado em uma “Assembleia Popular Horizontal”, que, entretanto, não atingiu seus objetivos. Segundo Bruno Cava (2014), no Rio de Janeiro, os protestos pautaram-se principalmente por ações contra o governo do estado e a câmara municipal; depois de 2013, é importante enfatizar a conexão entre os ativistas e as greves dos professores das escolas públicas.

¹⁹ Sobre as performances dos *black blocs*, ver Vergara (2015). Para Dupuis-Déri ([2007] 2014), tais agentes, surgidos na Alemanha dos anos 1980, devem ser entendidos, sobretudo, como uma tática, sem programas ou membros permanentes, orientados para práticas radicais e performáticas contra o capitalismo e a polícia. De acordo com Solano e Manso (2014), muitos *black blocs* brasileiros enfatizam origens operárias como motivação para engajamento; mas, de acordo com Pablo Ortellado (apud Mena, F. “Por baixo dos panos”. *Folha de S. Paulo*, 21 fev. 2016, p. 3, Ilustríssima), eles provêm, principalmente, de classes médias (funcionários públicos, bancários ou graduandos).

²⁰ Ver por exemplo, a foto expressiva de Yasuyochi Chiba (em Recife) em Trezzi, H. e Bublitz, J. Radicais põem democracia à prova durante protestos pelo Brasil. *ZH Notícias*, <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/radicais-poem-democracia-a-prova-durante-protestos-pelo-brasil-4178296.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.

mistas” e “socialistas”²¹ – com ações voltadas para a ampliação de direitos sociais, cuja visibilidade decresceu no período pós-2013 – e “patriotas” (à direita), agregando liberais, críticos ao Estado e políticos, menos visíveis em 2013, mas que lideraram a oposição ao segundo governo de Dilma Rousseff e ao PT em 2015-2016, com ações nas ruas até o *impeachment* ou golpe (em agosto de 2016).

Nas sendas abertas pela última análise, pode-se reconhecer que, durante diversas manifestações pelo *impeachment*, a ocupação de espaços públicos realmente deixou de ser uma agenda monopolizada pela esquerda,²² com o predomínio do verde e amarelo nas indumentárias e um conjunto de slogans e representações antes ausentes nas ruas, num fenômeno a ser aprofundado em seus significados e alcances.

Mas cabe ainda dizer que os eventos políticos ligados à grave crise brasileira em andamento, mais precisamente os episódios ligados ao processo de *impeachment* da presidente da república e seus desdobramentos, ensejaram uma série de novas práticas ativistas de contestação ao que foi entendido, majoritariamente, como uma modalidade de golpe de estado. Voltaram-se para o enfrentamento de uma reconfiguração política conservadora, assinalada pela supressão de uma série de direitos sociais, cujo rol de ações também merece abordagens mais sistemáticas: “Uma das grandes novidades é a existência de novos clamores em favor dos direitos civis, os ‘direitos à diferença’, evocados por uma série de movimentos sociais, como o movimento negro, o movimento LGBT, o movimento quilombola, o movimento feminista, entre tantos outros” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 506).²³

²¹ “A apreçoada ‘novidade’ de 2013 veio do uso do repertório autonomista, de movimentos por justiça global, que repaginou símbolos e slogans anarquistas” (Alonso, 2017, p. 49).

²² Aspecto, aliás, ressaltado por Pedro Arantes em debate promovido em parceria do GEAC-USP com o Centro de Pesquisa e Formação-SESC-SP, em set./2016 (ver <http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/ativismos-e-cidade-dialogos-entre-coletivos-e-universidade>. Acesso em: 20 jul. 2017).

²³ Experimentos etnográficos a respeito de um conjunto diversificado de manifestações em São Paulo contra o gol-

Tal cenário ficou evidente durante a Virada Cultural de 2016 em São Paulo (evento cultural anual de 24 horas),²⁴ realizada durante o processo de *impeachment* ou golpe, que se tornou um espaço explícito de resistência política, uma espécie de termômetro da pulsão das ruas naquela conjuntura específica, tanto nas apresentações, como nas manifestações do público ali presente.

Figura 2 - Virada Cultural em São Paulo, 2016: protestos durante apresentação do Sarau da Cooperifa e também por parte do público



Fotos: Frúgoli Junior.

pe podem ser acessados em Nascimento e Olivar (2016); sobre o período, ver também Gohn (2017).

²⁴ Para uma entrevista concedida ao periódico eletrônico Nexojornal sobre a Virada Cultural de 2017, ver <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/20/Como-a-Virada-Cultural-revela-a-cidade-a-seus-habitantes-segundo-este-antrop%C3%B3logo>, Acesso em: 21 jul. 2017.

Mas fechemos essa parte com uma indagação etnográfica: se, do ponto de vista político, tais ações se tornam imprescindíveis, como pesquisar tal tema quando nos tornamos, de certo modo e crescentemente, ativistas? Como desenvolver uma escuta àqueles dos quais podemos discordar significativamente, por diversas razões?

DESAFIOS PARA UMA PESQUISA ANTROPOLÓGICA SOBRE ATIVISMO URBANO EM SÃO PAULO

Pode-se dizer que outra forma de aproximação significativa com o tema dos ativismos urbanos veio da sala da aula nos últimos anos, ao ministrar disciplinas da graduação. Em diversas ocasiões, fui procurado por discentes interessados em pesquisar o tema, isso quando não eram eles mesmos participantes de algum coletivo. Ao mesmo tempo, tem sido possível constatar o aumento de matérias da mídia sobre o assunto, tanto sobre ações de coletivos em diversos espaços²⁵ como sobre a intensificação do uso de espaços públicos destinados usualmente apenas a pedestres,²⁶ sem falar de uma série práticas festivas nas ruas, antes inexistentes ou reduzidas.²⁷ Pode-se também men-

cionar, sem aprofundamento, o tema referente à recente implantação de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas em São Paulo, decorrente de reivindicações de longo prazo, num processo que envolve lutas e negociações – em parte ligadas ao cicloativismo, num claro enfrentamento ao modelo de transporte centrado no automóvel – e que, certamente, se insere na temática da utilização ampliada dos espaços públicos.²⁸ Mesmo o carnaval de rua de São Paulo, prática mais recorrente nos últimos anos (ao contrário da forte tradição em muitas cidades brasileiras) pode também ser, em parte, entendido dentro dessa retomada mais ampla das ruas.²⁹

Pode-se dizer, de forma sintética, retomando aqui aspectos da introdução, que diversas ações de coletivos em São Paulo, nos últimos, anos referem-se, sobretudo, aos direitos na vida cotidiana da cidade. Temos, aqui, certa inflexão no enfoque, pois se trata de práticas não apenas relacionadas a protestos, mas também com o propósito de obter mudanças concretas nos usos regulares dos espaços públicos. Várias dessas ações norteiam-se pela crítica a um modelo urbano baseado na primazia do uso do automóvel, o que leva, como já foi dito, à busca de áreas privadas ou avenidas que sejam abertas a pedestres e renomeadas, pontual ou definitivamente, de “parques”. Rei-

²⁵ Sem exaurir os temas, ver: Rossi, M. “São Paulo quer se apropriar de si mesma”, *El País Brasil*, https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/13/politica/1418479186_366653.html, Acesso em: 21 jul. 2017; Wisnik, G. “Largo da Batata: sem desertos na cidade”, *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 12 abr. 2015, p. 2 (Ilustríssima); *Folha de S. Paulo*. “São Paulo precisa do parque Augusta?”. Lopes, M. A. R. “Não: Augusta periferia”; Pelbart, P. P. “Sim: Laboratório libertário”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 7/3/2015, p. A3; Seta, I.; Azevedo, V. “O papel das minas”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 29 maio e 4 jun. 2016, p. 20-27; Gragnani, J. “Jardineiros da cidade”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 23 jan. 2016, p. B8.

²⁶ No mesmo espírito da nota anterior, ver: Machado, L. “Áreas sob viadutos terão lojas e oficinas culturais”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 24 set. 2014, p. C5; Moura, D. “Coletivo de poetas e bandas de rua levam jazz à periferia”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 8 out. 2014, p. E8; Monteiro, A. “Minhocão será fechado aos carros todo sábado à tarde”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 6 jul. 2015, <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/07/1652407-minhocao-sera-fechado-aos-carros-todos-os-sabados.shtml>, acesso em 4/8/2016; *Folha de S. Paulo*, “Haddad ignora Promotoria e decide fechar Paulista”. S. Paulo, 16 out. 2015, p. B6.

²⁷ Ver: Senra, R. “Túnel embaixo da Praça Roosevelt vira pista de dança na madrugada”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 4 fev. 2014, [http://www1.folha.uol.com.br/](http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/02/1407371-tunel-debaixo-da-praca-roo-)

<sevelt-vira-pista-de-danca-na-madrugada.shtml>, acesso em 4 ago. 2014; Senra, R. “Prefeitura regulariza uso de túnel na Rua Augusta para festas”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 14 mar. 2014, [http://www1.folha.uol.com.br/](http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/03/1425618-prefeitura-regulariza-uso-de-tunel-na-rua-augusta-para-festas.shtml) saopaulo/2014/03/1425618-prefeitura-regulariza-uso-de-tunel-na-rua-augusta-para-festas.shtml, acesso em 4 ago. 2016 (sobre o “Buraco da Minhoca”, ver a pesquisa de Braga, 2014); Martí, S. “Noites sem teto”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 23 nov. 2014, p. E1.

²⁸ Ver, sobre prioridade às ciclovias na gestão Haddad (2013-2016), Alonso et al. (2015) e Fior et al. (2016); para uma reflexão antropológica sobre o uso ampliado da bicicleta, ver Augé (2010).

²⁹ “Este Carnaval paulistano é uma manifestação sem bandeira. Nem a música nem a dança parecem essenciais; alguns usam fantasias, mas é uma realidade pedestre, em mais de um sentido, o que se encontra” (Coelho, M. “Carnaval à paulistana”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 22 fev. 2017, p. C6); ver também: *Folha de S. Paulo*, “Blocos reúnem 200 mil nas ruas de SP”. S. Paulo, 8 fev. 2015, p. C9; Bonduki, N. “O Carnaval nas ruas de São Paulo”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 7 fev. 2016, p. A3; Mello, D. “Carnaval de rua em São Paulo confirmou anseio de ocupação dos espaços públicos”. Agência Brasil, 18 fev. 2016, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-02/crescimento-do-carnaval-de-rua-marca-mudanca-de-comportamento-em-sao-paulo>, Acesso em 21 jul. 2017.

vindica-se mais espaço para bicicletas através de ações do “cicloativismo”, bem como se demanda a promoção de festas, festivais e debates em áreas públicas e a melhoria de determinados espaços públicos.

Figura 3 - Celebração Hare Krishna no “Parque Minhocão” num domingo de tarde (2016)



Foto: Frúgoli Junior.

Tendo em vista tudo que já foi exposto, e valendo-me da expressão cunhada por Marshall Berman sobre a necessidade incessante de se “ler os sinais nas ruas” (Berman, [1984] 2001, p. 191), trata-se, basicamente, de lançar um olhar etnográfico sobre o tema do ativismo urbano, dada a potencialidade que representa para enfoques renovados e aprofundados sobre a vida citadina e a dimensão do conflito, inseparável do espaço público.

O enfoque se volta, sobretudo, para os agrupamentos (Herzfeld 2014)³⁰ que se organizam sob a forma de coletivos, para ações com certa continuidade, em determinados espaços públicos da metrópole. Isso leva à circunscri-

ção de diversos aspectos: as principais redes de relação envolvidas – incluindo as articulações entre os agentes de vários coletivos; as concepções de direitos (e de cidade) referenciais; as táticas praticadas para os fins pretendidos; o tipo de intervenção realizada e suas linguagens específicas; o alcance dos usos de tecnologias de comunicação; a trajetória socio-cultural dos principais organizadores; o exame das novas concepções de liderança num contexto de forte horizontalidade, *o que não implica evidentemente uma completa des-hierarquização*; o alcance e os limites das polifonias pretendidas em tais práticas; as complexas relações com o poder público, em suas distintas instâncias e planos decisórios; as articulações de tais práticas com conjunturas políticas mais abrangentes – períodos em que as reivindicações aumentam exponencialmente, com o risco de fragmentações que também as tornam bastante difusas.

A própria expressão ativismo (ou ativista) precisa ser examinada quanto ao seu alcance num plano êmico – e, por conseguinte, com o levantamento de outras autoconstruções identitárias –, o que reforça o exame cuidadoso da heterogeneidade e diversidade constitutivas do contexto em questão. Um aspecto a ser levado em conta diz respeito a um conjunto de ações nas quais haja intervenções regulares nos espaços da cidade, sem que os próprios agentes se entendam, necessariamente, como ativistas.

Um espaço de trocas sobre tais questões tem sido o Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP), que tem incorporado o tema do ativismo urbano, sob a forma de seminários e debates,³¹ além de contar com in-

³¹ Em 2014, tivemos, na USP, a mesa “Ativismos urbanos do ponto de vista antropológico”, com integrantes do GEAC (com exceção de M. Machini): Daniel Caldeira (PPGAS-USP) abordou sua pesquisa na região do Largo da Batata; Gabriela Leal (PPGAS-USP) apresentou seu projeto “Vozes do Minhocão” – cf. <http://www.apraca.cc/vozes-do-minhoco/> (acesso em 21 jul. 2017); Heloíse Fruchi (Ciências Sociais-USP) discutiu cicloativismo sob uma perspectiva feminista; Mariana Machini (ligada ao Núcleo de Antropologia Urbana, NAU, PPGAS-USP) apresentou sua pesquisa sobre as hortas urbanas em São Paulo; Maurício Alcântara (Ciências Sociais, USP, ex-orientando de iniciação científica) relatou sua investigação sobre a confluência de ativismos no Centro Cultural São Paulo; por fim, houve comentários de Bianca Chizzolini (ex-orientanda de mestrado).

³⁰ Sobre as aproximações e os distanciamentos entre os conceitos de grupos e agrupamentos.

tegrantes que se dedicam, direta ou indiretamente, à investigação sobre o tema. Em dois eventos de 2016, foi possível introduzir e aprofundar questões aqui delineadas.³²

No primeiro deles, contamos com a participação³³ de uma integrante do Movimento Ocupar Estelita (MOE), do Recife, que constitui, há anos, uma referência incontornável no campo do ativismo urbano, seja pela luta contra a construção de diversas torres residenciais numa importante área pública, o que levaria à privatização do Cais Estelita, seja por aglutinar, por meio da ocupação do espaço e das atividades culturais ali articuladas, uma confluência expressiva de agentes, em diálogo com diversos tópicos até aqui trabalhados.³⁴ Nessa ocasião, Larissa K. Montanhas, de 19 anos, afirmou, dentre outros aspectos, que o movimento tornara possível sua autoidentificação como mulher negra e pobre, tornando-se uma pessoa na sociedade, com direitos e planos profissionais. Ligada ao conjunto mais recente de ativistas do MOE, também frisou a crítica ao alcance dos partidos: “Quem é do PT não é do Estelita; nem de outros partidos”. São aspectos surpreendentes, na medida em que esperávamos que o MOE designasse alguém ligado mais diretamente às questões urbanas envolvidas, embora se deva reconhecer o desgaste dos alinhamentos com o PT e com a questão partidária mais ampla nos últimos anos.

Num debate com ativistas em outro evento já citado, novas falas deram profundidade aos temas até aqui tratados. Foi o caso de Marcio Black, cientista político, produtor cul-

tural e integrante do Coletivo Sistema Negro.³⁵ Nascido numa favela de Osasco (SP), graduou-se em Ciências Sociais na PUC-SP e depois concluiu o mestrado. Durante essa trajetória, veio a elaborar as especificidades de sua condição de negro e de classe média, e parte dessas elaborações se relacionam com sua atividade de organização de festas de rua,³⁶ em que aprendeu a se relacionar com uma série de agentes – representantes do poder público, residentes, moradores de rua, ambulantes – que tornam a rua um espaço *de* e *em* disputa. Mais recentemente, veio a participar, durante a gestão Haddad, da organização de eventos públicos de massa, como a “Virada Cultural”, ou o carnaval de rua, encarados por ele como uma tarefa política e estratégica de grande complexidade, dada a necessidade de mediação de múltiplos interesses em conflito.

Sinteticamente, sua fala complexifica uma questão recorrente nos debates sobre ativismos em São Paulo, que, em geral, opõe ações em áreas mais centrais e equipadas por parte de coletivos de classe média, com formação universitária, que, conscientemente ou não, promoveriam uma espécie de “gentrificação” dos espaços públicos, enquanto que, nas áreas mais periféricas, tratar-se-ia de lutar por direitos ligados principalmente à vulnerabilidade de classe ou à identidade étnica.³⁷

Para encerrar essa parte, relativa a falas que inspiram novas problematizações, pode-se também mencionar, ainda no mesmo evento, a

³² Refiro-me ao já citado evento “Ativismos e cidade: diálogos entre coletivos e universidade” (set./2016), numa parceria com o CPF-SESC-SP, e ao Curso de Atualização da USP intitulado “Antropologia da cidade: ativismos, táticas, insurgências” (set./ dez. 2016).

³³ Designada pelo próprio movimento.

³⁴ Como consta na página Movimento#OcupeEstelita, “Desejamos uma cidade mais inclusiva, que respeite pedestres, ciclistas, usuá@s de transporte público, ambulantes, pessoas sem-teto, quem sofreu remoção pela Copa 2014, morador@s de áreas de baixa renda, mulheres, homens, LGBTs e dissidentes, crianças, adolescentes, e outros grupos sociais estigmatizados na sociedade” (ver https://www.facebook.com/pg/MovimentoOcupeEstelita/about/?ref=page_internal, Acesso em: 18 jul. 2017).

³⁵ Para mais detalhes, ver: <https://pt-br.facebook.com/sistemanagerodesom011/>. Acesso em: 18 jul. 2017.

³⁶ Envolvido com tal atividade desde 2008, ele acompanhou inclusive a mudança no léxico, da festa à ocupação.

³⁷ De fato, a primeira parte de um evento de 2015 – “Ativismos na cidade, fricções entre o público e o privado”, organizado por Guilherme Wisnik e Tiago Carrapatoso no Centro Universitário Maria Antônia – abriu a palavra apenas para a plateia, com uma perspectiva dialógica polifônica que revelou um conjunto heterogêneo de interesses, agendas e questões; apesar da abrangência do dissenso entre os participantes, ligado, em boa parte, à própria disputa pela legitimidade das práticas, ressaltou-se certa polaridade entre agrupamentos envolvidos com urbanismo ou estética, voltados ao uso cotidiano de espaços públicos (mais escolarizados e ligados às classes médias) e aqueles oriundos de áreas periféricas, mais vulneráveis e orientados para questões raciais ou de gênero (aspecto ressaltado por Wisnik, Folha de S. Paulo, p. 4-5, 15 nov. 2015).

fala de Talita Noguchi, cuja trajetória pessoal levou-a do ciclismo (prática cotidiana de mais de uma década) ao cicloativismo feminista; ela ressaltou, com relação à necessidade de expansão das ciclovias paulistanas, tanto o cuidado de se evitarem práticas higienistas, que desalojem a população de rua, quanto a necessidade da proteção e segurança de ciclistas mulheres ou transgêneros. Nesse sentido, além da infraestrutura, seria importante uma reforma estrutural do próprio patriarcado. Outro dado significativo é que ela é uma das sócias do *Las Magrelas*,³⁸ mistura de bar e bicicletaria, empreendimento que envolve ativismo e co-working,³⁹ com a realização de palestras, *workshops* e oficinas, o que complexifica certa relação dada entre ativismo e anticapitalismo, já que, mesmo num formato peculiar, tal iniciativa constituiria uma espécie de empreendimento.⁴⁰

Na direção da conclusão deste artigo, outro desafio etnográfico diz respeito às variações conjunturais pelas quais os contextos analisados podem passar, quanto aos papéis desempenhados pelas gestões municipais. No caso paulistano, isso pode ser claramente exemplificado por certo contraste entre as gestões de Fernando Haddad (PT, 2013-2016) e João Doria Jr. (PSDB, 2017 em diante).

Numa comparação esquemática e enxuta, a primeira poderia ser caracterizada por priorizar a mobilidade urbana, o transporte público e a criação de ciclovias, bem como a criação de um programa para usuários de *crack*, com base na redução de danos. Embora Haddad tenha tido conflitos com as manifestantes das jornadas de junho – para ele, elas estiveram mais relacionadas com demandas da direita do que com as de esquerda –, houve,

posteriormente, atendimento de reivindicações políticas de vários coletivos de ativistas (Alonso *et al.*, 2015; Fior *et al.*, 2016). Já quanto ao atual prefeito, pode-se sublinhar a ênfase em si mesmo como um administrador (ao invés de político); sua prioridade se volta para o setor privado e a consequente busca de privatização de estádios, parques, bibliotecas e até mesmo de cemitérios públicos. Mantém um conflito explícito com vários coletivos, como aqueles ligados ao grafite, cujas obras sofreram diversos apagamentos, além da criminalização de praticantes⁴¹ e de uma série de ações públicas marcadas pela espetacularização. Pode-se reconhecer que as conjunturas (não apenas locais, mas nacionais) de ambos os períodos apontam para configurações muito distintas quanto aos impactos nos contextos pesquisáveis.

Como já foi dito, um dos principais desafios dessa pesquisa passa pela articulação entre a necessidade de uma leitura muito precisa de nossa situação política – assinalada por uma crise sem precedentes e uma sistemática perda de direitos – e de engajamentos, o que, praticamente, interpela cada um de nós como potenciais ativistas.

Num momento em que na própria universidade somos chamados a múltiplas frentes de ação, não custa lembrar, com base em Daniel Cefaï (2010), que a própria etnografia – seja com agentes vulneráveis, seja com aqueles que enfrentam opressões – acarreta experiências impactantes, que podem inspirar novas soluções para problemas de ordem ética e política, sem falar que isso leva potencialmente à transformação de nós mesmos. Estamos, portanto, falando de um engajamento que não pode faltar: o engajamento etnográfico.

³⁸ Ver detalhes em <http://projetodraft.com/las-magrelas/> e <http://canela.cc/talita-noguchi-las-magrelas/> (Acesso em: 21 jul. 2017).

³⁹ Perspectiva que envolveria maior autonomia profissional e maior inserção em redes, o que não será aqui objeto de problematização.

⁴⁰ Tema a ser aprofundado nas sendas do doutorado de Gleicy M. da Silva (2017), que aborda o empreendedorismo produzido por jovens negros no âmbito da Feira Preta de São Paulo, assinalada por cruzamentos entre lazer, celebração, consumo e engajamento.

Recebido para publicação em 17 de outubro de 2017
Aceito em 26 de novembro de 2017

REFERÊNCIAS

⁴¹ Aspectos que vêm sendo levantados pela pesquisa de mestrado em andamento de Gabriela Leal (PPGAS-USP).

- AGIER, Michel. "Onde se inventa a cidade do amanhã? Deslocamentos, margens e dinâmicas das fronteiras urbanas". In: GLEDHILL, John; HITA, Maria G.; PERELMAN, Mariano (Orgs.). *Disputas em torno do espaço urbano: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 411-426.
- ALONSO, Angela. "A política das ruas". *Novos Estudos Cebrap Especial*, São Paulo, p. 49-58, jun. 2017. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/wp-content/uploads/2017/06/A-POL%C3%8DTICA-DAS-RUAS-PROTESTOS-EM-S%C3%83O-PAULO-DE-DILMA-A-TEMER-Angela-Alonso.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- _____. et al. "Novos Estudos Cebrap entrevista Fernando Haddad". *Novos Estudos*, São Paulo, n. 103, p. 11-31, nov.2015.
- ARANTES, Antônio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.
- ARLEY, Patrick; RICCI, Rudá. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento, 2014.
- AUGÉ, Marc. *Éloge de la bicyclette*. Paris: Éd. Payot & Rivages, 2010.
- BENTO, Berenice. *Estrangeira: uma paraíba em Nova Iorque*. São Paulo: Annablume, 2016.
- BERMAN, Marshall. "Os sinais nas ruas" [1984]. In: _____. *Aventuras no marxismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 172-191.
- BRAGA, Gibran T. "'Na rua não se paga entrada': estilo, sexualidade e política em baladas de rua". In: 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, out./2014. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/spg-1/spg20-1/9311-na-rua-nao-se-paga-entrada-estilo-sexualidade-e-politica-em-baladas-de-rua/file>. Acesso em: 1º jul. 2017.
- CARDOSO, Ruth. "Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método". 1 ed. [1986]. In: CALDEIRA, Teresa P. R. (Org.) *Ruth Cardoso: obra reunida*. São Paulo: Mameluco, 2011. p. 210-220.
- CARRAPATOSO, Thiago. "A um passo da cidadania". *Contraste*, São Paulo, n. 4, p. 22-33, mar./2016.
- CAVA, Bruno. *A multidão foi ao deserto*. São Paulo: Annablume, 2014.
- CEFAÏ, Daniel. "L'engagement ethnographique (Introduction)". In: _____. (Ed.). *L'engagement ethnographique*. Paris: Ed. EHESS, 2010. p. 7-21.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. [1994]. Petrópolis: Vozes, 2012.
- DAMO, Arlei S.; OLIVEN, Ruben G. "A rebeldia festiva". In: _____. *Megaeventos esportivos no Brasil*. Campinas: Armazém do Ipê, 2014. p. 163-185.
- DURHAM, Eunice R. "A pesquisa antropológica com populações urbanas" [1986]. In: THOMAZ, Omar R. (Org.) *Eunice R. Durham. A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 357-376.
- DI GIOVANNI, Julia R. "Artes de abrir espaço. Apontamentos para a análise de práticas em trânsito entre arte e ativismo". *Cadernos de Arte e Antropologia*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 13-27, 2015a. Disponível em: <https://cadernosaa.revues.org/911>. Acesso em: 1/12/2016
- _____. *Cadernos do outro mundo: o fórum social mundial em Porto Alegre*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2015b.
- DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. [2007]. São Paulo: Veneta, 2014.
- ECKERT, Cornelia. "Cidade e política: nas trilhas de uma antropologia da e na cidade no Brasil". In: MARTINS, Carlos B.; DUARTE, Luís F. D. (Orgs.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 155-196.
- FAUSTO, Boris. "Jornadas de junho". In: _____. *O brilho do bronze*. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 173-180.
- FIOR, Ana C. et al. "Entrevista com Fernando Haddad". *Contraste*, São Paulo, n. 4, p. 132-154, mar./2016.
- FREHSE, Fraya. "Usos da rua". In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Orgs.) *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 151-170.
- FRÚGOLI JUNIOR, H. "A cidade no diálogo entre disciplinas". In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Orgs.) *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 53-67.
- _____. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- GOHN, Maria da G. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.
- GUERRA, Abílio. "Parque Augusta: razão e destempero". *Minha cidade (Vitruvius)*, São Paulo, ano 15, maio 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/15.178/5500>. Acesso em: 15 maio 2015.
- HAMBURGER, Esther. "Saímos do Facebook?" In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor (Orgs.) *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, activismos*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 2016. p. 293-319.
- HARVEY, David. "O direito à cidade". *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf. Acesso em: 1º maio 2013.
- HERZFELD, Michael. "Fronteiras/nódulos/agrupamentos". In: _____. *Antropologia: prática teórica na cultura e na sociedade*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 172-193.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. [1961]. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- JOSEPH, Isaac. "A respeito do bom uso da Escola de Chicago". [1998]. In: VALLADARES, Lícia P. (Org.) *A Escola de Chicago: impactos de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/IUPERJ, 2005. p. 91-128.
- JUDENSNAIDER, Elena et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- KANIGEL, Robert. *Eyes in the street: the life of Jane Jacobs*. New York: Alfred A. Knopf, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- MAGNANI, José G. C. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun./2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>. Acesso em: 01 maio 2013.
- _____. "Etnografia urbana". In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Orgs.) *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 101-133.
- MESQUITA, André L. *Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva (1990-2000)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da USP.
- MUHALE, Miguel J. *Lutar, criar poder popular: uma perspectiva etnográfica do bloco de lutas pelo transporte público em Porto Alegre/RS*. 2014. Dissertação (Mestrado

em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS.

NASCIMENTO, Silvana; OLIVAR, José M. (Orgs.) "Dossiê 'Narrativas urbanas em tempos perturbadores: uma introdução'". *Ponto Urbe*, São Paulo, n. 18, 2016. Disponível em: <https://pontourbe.revues.org/3131>. Acesso em: 1º mar. 2017.

NOVAES, Regina; ALVIM, Rosilene. "Movimentos, redes e novos coletivos juvenis". In: LOPES, José S. L.; HEREDIA, Beatriz (Orgs.) *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação*. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Altos Estudos, 2014. p. 269-301.

ORTNER, Sherry B. "Dark Anthropology and its others. Theory since the eighties". *HAU: journal of ethnographic theory*, Chicago, v. 6, n. 1, p. 47-73, 2016. Disponível em: <https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/hau6.1.004/2239> Acesso em: 1º jul. 2017.

PATERNIANI, Stella Z. "Quem não luta, tá morto: política e vida no centro da cidade". In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor (Orgs.) *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 2016. p. 321-347.

PAQUOT, Thierry. *L'espace public*. Paris: Ed. La Découverte, 2009.

RAPOSO, Paulo. "Festa e performance em espaço público: tomar a rua!". *Ilha*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 89-114, ago./dez.2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2014v16n2p89/33458>. Acesso em: 15 maio 2015.

ROLNIK, Raquel. "Ocupe Estelita e o novo ativismo". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2015/04/1618763-ocupe-estelita-e-o-novo-ativismo.shtml>. Acesso em: 6 maio 2016.

_____. *et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações*

que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior/Tinta Vermelha, 2014.

SARAIVA, Leila. *Não leve flores: crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF*". 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

SILVA, Gleicy M. *Empreendimentos sociais, negócios culturais: uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em São Paulo*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa da Pós-Graduação em Antropologia Social da USP.

SIMMEL, Georg. "As grandes cidades e a vida do espírito" [1903]. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, out./2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2007

SOBRAL, Laura. "Primavera paulistana". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 ago. 2015. p. E5.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno P. *A verdadeira história da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

VERGARA, Camile. "Corpo transgressão: a violência traduzida nas performances do Coletivo Coiote, Bloco Livre Reciclato e Black Blocs". *Cadernos de Arte e Antropologia*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 105-123, 2015. Disponível em: <https://cadernosaa.revues.org/970>. Acesso em: 3 abril 2016.

VELHO, Gilberto. "Os mundos de Copacabana". In: (Org.) *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 11-23.

WISNIK, Guilherme. "A cidade apropriada: o ativismo urbano e o valor de uso do espaço público". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2015. p. 4-5.

URBAN ACTIVISM IN SÃO PAULO

Hector Frúgoli Jr.

This paper presents a summary of the diverse occupations of public spaces in São Paulo, especially those in which activists (or similar) have been fighting for the expansion of rights to the city and its public facilities. These occupations are carried out by networks of collectives comprising students, artists, architects, associations and many other agents. A focus has been adopted on the understanding of a certain genealogy of these phenomena – of which the days of June 2013 represent an indispensable reference – as well as on the identification of the main ethnographic challenges to the anthropological approach.

KEYWORDS: Ethnography. Anthropology of the city. Activism. Spatial practices.

ACTIVISMES URBAINS À SÃO PAULO

Heitor Frúgoli Jr.

Cet article présente un bilan des occupations plurielles dans les espaces publics de São Paulo, surtout de ceux où les militants (ou apparentés) se sont battus pour l'expansion des droits à la ville et à ses équipements publics. Ce genre d'occupations se fait par des réseaux de collectifs comprenant des étudiants, des artistes, des architectes, des associations et divers autres agents. L'accent est mis sur la compréhension d'une certaine généalogie de tels phénomènes – où les journées de Juin 2013 sont une référence indispensable – ainsi que sur l'identification des principaux défis ethnographiques pour une approche anthropologique.

MOTS-CLÉS: Ethnographie. Anthropologie de la ville. Activismes. Pratiques spatiales.

Heitor Frúgoli Jr. – Doutor em Sociologia. Pós-doutorado no Instituto Universitário de Lisboa. Livre-docente em Antropologia na FFLCH-USP. Professor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Trabalha com diversos temas relacionados ao campo da antropologia da cidade. Publicou, entre outros textos, *Sociabilidade urbana* (Rio de Janeiro, Zahar, 2007) e organizou (com L. Kowarick) a coletânea *Pluralidade urbana em São Paulo*: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos (S. Paulo, Ed. 34, 2016).